

O PARLAMENTO PORTUGUÊS NA CONSTRUÇÃO DE UMA DEMOCRACIA DIGITAL

Gustavo Cardoso, Carlos Cunha e Susana Nascimento

Resumo O presente artigo pretende analisar as práticas e representações dos deputados portugueses em termos da sua utilização das tecnologias de informação e comunicação em geral, e da internet em particular, na actividade parlamentar e partidária, no contexto de uma possível democracia digital. Com base no modelo de análise desenvolvido no âmbito da acção europeia COST A14 WG1, e recorrendo a inquéritos e entrevistas aos deputados portugueses, obteve-se uma caracterização que indicia especificidades no campo da apropriação política da internet para o exercício da comunicação vertical com eleitores e horizontal com outras estruturas no quadro parlamentar. Da análise efectuada depreende-se também que os entraves ao desenvolvimento de uma democracia digital em Portugal são essencialmente fruto de três dimensões: um sistema dos media onde predomina a televisão; um sistema político parlamentar que não promove o contacto directo com eleitores; e, por último, cidadãos não motivados para a participação política, que tendem, também, a não encorajar uma maior apropriação política da internet no quadro parlamentar.

Palavras-chave Democracia digital, parlamento, tecnologias de informação e comunicação.

Introdução

As condições de exercício do poder político transformaram-se, nas últimas décadas, num contexto global marcado pela emergente era da informação, caracterizada não só por mudanças potenciadas pelas tecnologias de informação e da comunicação (TIC), mas também pelas próprias fragilidades dos actuais processos, instituições e actores políticos.¹ Perante estas transformações, as sociedades democráticas encontram-se numa fase de reavaliação das suas práticas políticas, que apresentam sinais de crise de legitimidade do estado-nação, da democracia e da participação dos actores individuais e colectivos, num cenário geral de alteração do sistema dos media.

Especificamente, enquanto órgão político central em grande parte dos

1 As tecnologias de informação e comunicação (TIC) são definidas neste artigo como "(...) formas de fluxo de informação digitalizada, nas quais os dados, sejam texto, som ou imagens em tempo real, são comprimidos em séries de 0 e 1, e transmitidos via ondas, cabo ou redes" (Gibson e Ward, 2000: 10).

sistemas democráticos representativos, a instituição parlamentar acolhe inúmeros discursos de crise, sobretudo nos finais do século XX, mediante a convergência de vários factores (Freire e outros, 2002), tais como: a emergência do “estado de partidos” (*Parteinstaat*) e a consequente subordinação dos parlamentos às máquinas partidárias; a expansão do “estado social”, que potenciou a crescente centralidade das burocracias e dos executivos; e o desenvolvimento tecnológico como factor fracturante da representação política, levantando a dicotomia weberiana entre o “político” (parlamentar como representante do povo) e o “cientista” (técnico especializado capaz de dominar a complexidade da sociedade contemporânea). Como explicita Tom Burns (2000), existe actualmente uma distância significativa entre a teoria normativa da democracia (orientada para o parlamentarismo representativo baseado na soberania popular) e as práticas efectivas de governança, que se espelham também em outros factores cruciais: importância crescente das organizações (ONG, agências internacionais e intergovernamentais como o Banco Mundial, a OCDE, etc.) como veículos de processos de decisão política; difusão da autoridade dos poderes centrais para sectores especializados da sociedade civil; descentralização dos processos de decisão para o poder local; e a própria incapacidade organizacional por parte dos parlamentos em lidar com a complexidade crescente, o carácter altamente técnico, a rapidez e a fragilidade dos desenvolvimentos das sociedades contemporâneas e, sobretudo, as alterações revolucionárias na tecnologia e no conhecimento.

A par destes factores inibidores das funções tradicionais do parlamento, destacam-se os meios de comunicação de massa ou *mass media* na forma como substituíram o papel da instituição parlamentar na formação da opinião pública. Efectivamente, esta função tribuniária foi deslocada dos deputados para os *opinion makers* na televisão e na imprensa escrita, determinando uma crescente mediatização da política. A relação estreita entre o campo político e os meios de comunicação advém do facto de a arena onde decorre a política consistir num fluxo de informação indispensável à tomada de decisões, o que torna a comunicação uma característica dominante na existência e vitalidade do campo político. Assim, o sistema político não é apenas um sistema de tomada de decisão, mas também um sistema de informação: esta é produzida por uma variedade de métodos, envolvendo diferentes actores (incluindo os media), e depois é disseminada por vários canais (acção directa, imprensa, televisão, rádio, media electrónicos, etc.).

Deste modo, este artigo procura aferir as interligações entre a política (em particular a instituição parlamentar) e o sistema actual dos media, caracterizado, por sua vez, por uma relação complexa entre os *mass media* e os novos media electrónicos, centrando-se, principalmente, nas potencialidades e condicionantes destes últimos na sua utilização por parte dos parlamentares. Os resultados e as análises presentes neste artigo decorrem do projecto de investigação “Elites parlamentares e tecnologias de informação”, realizado em 2001/2002 no Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE), no âmbito da acção europeia sobre *Government and Democracy in the Information Age* (GaDIA), integrada na rede COST A14: *working group / cyberdemocracy* (<<http://www.cost.cordis.lu>>). Esta rede de pesquisa, dedicada ao estudo das TIC no campo político, iniciou o seu trabalho em

1998, contando actualmente com a participação da Áustria, Bélgica, República Checa, Dinamarca, Finlândia, França, Alemanha, Irlanda, Itália, Holanda, Noruega, Suíça, Espanha, Suécia, Portugal, Escócia e Reino Unido.

Como pressuposto inicial, retoma-se a conceptualização de “democracia digital”, proposta por Barry Hague e Brian Loader (1999) (em vez de outras denominações correntes como “ciberdemocracia”, “democracia virtual”, “democracia electrónica” ou “teledemocracia”), devido à sua especificidade de referência à utilização das tecnologias de informação e comunicação nas práticas democráticas e na participação política dos cidadãos. Assim, a democracia digital define-se como “um conjunto de experiências de prática democrática sem limites de tempo, espaço e outras condições físicas, recorrendo às TIC ou à CMC (comunicação mediada por computador), como um complemento e não como uma substituição de práticas políticas tradicionais ‘análogas’” (*idem*: 1). Nesta definição denota-se uma orientação moderada na análise dos impactos dos novos media no sistema político, na esteira de outros autores como Anthony Giddens (1999, 2000), quando defende que as novas tecnologias não irão destronar a democracia representativa, mas podem ser um complemento útil para a conciliação do processo de tomada de decisões políticas com as preocupações correntes dos cidadãos.

Procura-se assim aferir as potencialidades dos canais de informação e comunicação das TIC na modificação das práticas políticas dos parlamentares portugueses, considerando:

- *factores internos à instituição parlamentar*: estrutura parlamentar, sistema eleitoral, sistema partidário e cultura política parlamentar; e
- *factores externos à mesma*: sistema dos media, sistema de regulação governativa, cultura política geral e difusão social das TIC.

Estes factores podem constituir tanto incentivos como obstáculos à apropriação de uma democracia digital pelos actores políticos.

Contextualização política portuguesa

A relação entre o campo político, em particular a instituição parlamentar, e as novas tecnologias de informação e comunicação deve ser contextualizada no sistema político e governativo português atendendo, simultaneamente, à constituição e funcionamento da Assembleia da República (AR) e às políticas governativas no campo dos novos media.

Enquanto parte de uma “jovem” democracia, a AR constituiu-se, como tal, em 1976 (início da I legislatura), após o processo revolucionário desencadeado em 25 de Abril de 1974, de passagem de um regime ditatorial (1926-1974) para um sistema democrático. Integrada, nos moldes actuais, num sistema de organização triangular, com o poder político partilhado entre o Presidente da República (PR), o

governo e a AR, esta apresenta-se como um órgão de soberania autónomo, colegial e unicameral, funcionando como a “assembleia representativa de todos os cidadãos portugueses” (artigo 147º da Constituição da República Portuguesa). Assim, do ponto de vista político-constitucional, a instituição parlamentar portuguesa desenvolve uma função representativa. Os seus deputados representam todo o país e não os círculos pelos quais são eleitos, exercendo livremente o seu mandato. Como órgão colegial, a AR funciona por legislaturas, com a duração de quatro anos, e integra um número de 230 deputados.

A AR desempenha um papel central no sistema político português. O governo é politicamente responsável perante esta instituição, tendo o dever de a manter informada sobre as decisões governamentais e as acções da administração pública; por outra parte, a AR pode causar a demissão do governo, através de moções de censura aprovadas por uma maioria absoluta dos deputados ou por rejeição de uma moção de confiança ao governo. As características funcionais do parlamento compreendem: competências electivas, designando membros para alguns dos mais importantes órgãos do sistema político-constitucional português (Conselho de Estado, Tribunal Constitucional, etc.); competências legislativas, detendo o primado da actividade legislativa (pelo menos do ponto de vista jurídico-formal); e competências de controlo das actividades políticas dos executivos, da administração pública e da magistratura, da execução dos planos nacionais, etc., através de perguntas, interpelações, moções de censura e comissões parlamentares de inquérito (que detêm poderes de investigação similares aos das autoridades judiciais).

Desde meados de 80, o parlamento português tem evoluído de um papel centrado na produção de legislação para uma função de legitimação, segundo Cristina Leston Bandeira (2002). Comparando a actividade legislativa da AR e do governo até à VII legislatura (1995-1999), pode-se concluir que aquela apenas desempenha um papel parcial na produção legislativa, tendo em conta a amplitude da iniciativa governamental neste campo. Efectivamente, a maior ou menor influência do parlamento português depende em grande parte do tipo de apoio parlamentar do governo nas diferentes legislaturas, aproximando-se assim do modelo ocidental, segundo o qual este último tende a dominar o processo legislativo.

De forma complementar, esta “crise” nas competências legislativas da AR também decorre directamente do processo de desvalorização das suas funções durante o período de oito anos de maioria absoluta estável e coesa na V (1987-1991) e VI (1991-1995) legislaturas. Como conclui Leston Bandeira, a emergência em 1987 de uma maioria absoluta monopartidária marcou assim o início de um novo ciclo na política portuguesa e também uma mudança no papel do parlamento. Com as maiorias absolutas, a AR centrou as suas competências em mecanismos de legitimação, recorrendo principalmente ao relacionamento com os cidadãos e à fiscalização do governo, que se tornou uma rotina instituída devido a um reforço legal dessa função e a um maior interesse por parte dos deputados. Deste modo, a V e a VI legislaturas instituíram uma nova prática governativa, persistente até à actualidade, que tende para um domínio da vontade do governo sobre as decisões e a agenda parlamentar, e para o funcionamento do grupo parlamentar como uma das principais bases desse mesmo domínio.

Contextualizando o funcionamento e actividade do parlamento português, os deputados devem ser compreendidos enquanto elites políticas, integrantes do aparelho de estado, com funções que influenciam as políticas portuguesas relativamente às TIC, ao mesmo tempo que são afectados por essas opções políticas. Com efeito, na segunda metade da década de 90 do século XX, a inovação tecnológica, a desregulamentação dos mercados de telecomunicações, a difusão da utilização da internet, a alteração das estratégias de negócio e as fusões e aquisições globais, criaram um novo panorama no sistema dos media, e uma consequente alteração das políticas relativas aos media, nos diferentes estados.

O período decorrente entre 1997 e 2000 compreendeu uma experimentação legislativa tendo como objectivos a compreensão do peso e influência dos media na sociedade portuguesa e a necessidade de regulamentar e sua actuação, através da elaboração dos livros verdes, europeus e nacionais, sobre a sociedade de informação. No caso português, foi sobretudo a partir de 1995 que se consagrou a sociedade de informação como prioridade nacional, no programa do XIII Governo Constitucional (1999-2000), consubstanciada posteriormente no *Livro Verde para a Sociedade da Informação* (<<http://www.aceso.mct.pt/docs/lverde.htm>>). Este documento apresentou reflexões estratégicas e propostas de acção estruturadas em torno de grandes eixos de actuação, dos quais se destaca a democraticidade da sociedade de informação, garantindo o acesso de todos; a dinamização da acção estratégica e selectiva do estado, através da informatização (e telematização) da administração pública; e o alargamento e melhoria do saber e das formas de aprendizagem, promovendo a educação, cultura e formação dos cidadãos.

Posteriormente, em 2000, foi aprovada a iniciativa nacional para a sociedade de informação, da qual se destacam as orientações para administração pública central e local (“o estado aberto”) e a sua relação com os cidadãos, recusando *a priori* qualquer “nova modalidade de burocracia electrónica”: sistemas de livre-serviço por via electrónica e de boletins electrónicos para contacto entre a administração pública, os cidadãos e as empresas; generalização do uso de sistemas de escritório, de correio e de comércio electrónico em toda a administração pública; formação de funcionários públicos (com a certificação de competências adquiridas), etc.

Por fim, na fase política actual, mantendo as anteriores orientações, o estado continua a aplicar as suas políticas de regulação do campo dos media, ao mesmo tempo que procura aplicar a noção de acesso universal aos novos media, principalmente a internet. Por sua vez, acredita-se que este investimento no aumento do número de utilizadores permitirá a criação de novos mercados a serem rentabilizados pelos intervenientes privados, por meio da modelação das novas tecnologias em processo de difusão, e da reestruturação dos próprios media tradicionais.

Efectivamente, o conceito de *e-government*, definido enquanto “oferta de melhores serviços, mais rápido, mais próximo e com menos custos”, ganhou um papel central na discussão internacional sobre as novas formas de poder político na era da informação, uma orientação que está a ser também desenvolvida em Portugal através da recente criação da unidade de missão, inovação e conhecimento (UMIC). Com o programa do XV Governo Constitucional (2002-2006), as políticas relativas à sociedade de informação sofreram alterações estratégicas

que privilegiam claramente o conceito de *e-government* por parte do estado central. Este programa centra-se principalmente nas medidas de disponibilização *online* de todos os serviços públicos no prazo de um ano, em função das necessidades dos cidadãos e das empresas, e não da estrutura interna da administração pública; e no lançamento de portais de informação para os cidadãos e para as empresas (http://www.portugal.gov.pt/pt/Programa+do+Governo/programa_p023.htm).

Segundo uma visão integrada e transversal, que agrega todos os organismos governamentais criados pelo anterior governo na UMIC, esta nova unidade tem como objectivo central a conversão dos acessos à rede em novas oportunidades e novos negócios, passando “pelo investimento na banda larga e pela generalização dos acessos a preços competitivos” (Diogo Vasconcelos, gestor da UMIC, citado no *Público*, 09-12-02). Tendo como filosofia primordial a melhoria do sistema democrático representativo (à semelhança das políticas anteriores), a concepção política vigente tende a conceber o cidadão como o actor principal, fortemente motivado mas, idealmente, enquanto um “cidadão cliente” que acede aos serviços da administração pública a qualquer hora e em qualquer local; um “cidadão consumidor” que acede à internet por banda larga; e um “cidadão competente” que possui as competências básicas em tecnologias de informação (Vasconcelos, 2002).

Desta exposição das políticas e opções legislativas de abordagem à temática da sociedade de informação, ressalta o facto de as três últimas legislaturas terem assumido como prioridade o desenvolvimento de competências na utilização das TIC. No entanto, nenhum dos intervenientes políticos, quer por via do parlamento quer por via do governo, procurou desenvolver como objectivo prioritário o uso das TIC para a promoção da participação no processo legislativo ou de comunicação entre cidadãos e eleitos. No campo da relação “estado/cidadão”, as políticas para a sociedade de informação foram essencialmente direccionadas para a comunicação do cidadão com a administração pública.

Notas metodológicas

Mediante as suas distintas dimensões de análise, o presente artigo, centrado na utilização das TIC por parte dos parlamentares portugueses, recorreu a várias metodologias e métodos de pesquisa e análise dos dados. Num primeiro momento, foram realizadas entrevistas exploratórias para apurar o contexto português de utilização das TIC na Assembleia da República, realizadas com o secretário de estado dos assuntos parlamentares na VIII legislatura (1999-2002) e com o responsável pelo *site* do parlamento português. Adicionalmente, as estratégias e acções promovidas pelo parlamento no que respeita a utilização destas tecnologias também foram apreendidas através da análise de conteúdo da sua página *online* (<www.parlamento.pt>), sendo, porém, apenas explicitada no relatório final do projecto

Quadro 1 Distribuição da amostra por género e escalão etário na VIII legislatura (em percentagem)

	Parlamento		Amostra
<i>Sexo</i>			
Masculino	81		77,5
Feminino	19		22,5
<i>Escalão etário</i>			
Até 35 anos	19	Até 40 anos	43,8
36 a 49 anos	46	41 a 50 anos	28,8
Mais de 50 anos	35	51 a 60 anos	25,0

Nota: o quadro não inclui as categorias não sabe/não responde.

Fonte: Freire, 2001a.

português em questão.

Como metodologia quantitativa, recorreu-se como instrumento principal de recolha de informação a um inquérito por questionário aplicado à totalidade dos parlamentares portugueses (230), realizado na primavera de 2001 durante a VIII legislatura (1999-2002), ao qual responderam 80 deputados (34,8%).² Segundo a amostra obtida, os deputados do sexo masculino representam 77,5% do total dos inquiridos, para 22,5% de deputadas, o que coincide, de um modo geral, com a distribuição efectiva segundo o género, na VIII legislatura (81% de deputados e 19% de deputadas), e com a tendência de predominância do sexo masculino na composição dos parlamentos europeus.

Relativamente à idade, na amostra verifica-se a predominância dos deputados mais jovens — o escalão etário inferior a 40 anos representa 43,8% das respostas, seguindo-se os deputados entre os 41 e 50 anos (28,8%), e entre os 51 e 60 anos (25%). Apenas um deputado tem mais do que 60 anos. Esta amostra inverte os valores de distribuição efectiva dos escalões etários dos deputados portugueses na VIII legislatura, na medida em que o escalão entre os 36 e os 49 anos predomina sobre os restantes (46%); até 35 anos (19%), e mais de 50 anos (35%).

A distribuição dos inquiridos pelos partidos políticos/grupos parlamentares segue a constituição do parlamento na VIII legislatura: a maioria é do Partido Socialista (PS, 38 deputados), seguindo-se o Partido Social-Democrata (PSD, 20), o CDS-Partido Popular (CDS-PP, 9), o Partido Comunista Português (PCP, 7), o Bloco de Esquerda (BE, 4), e Os Verdes (PEV, 2). Nas respostas observa-se uma sobre-representação dos quatro últimos partidos/grupos e uma sub-representação dos dois maiores partidos, segundo a distribuição efectiva nessa legislatura.³

Por fim, o projecto recorreu à realização de entrevistas com alguns

2 As taxas de resposta de alguns dos parceiros europeus da acção europeia COST A14 WG1 foram as seguintes: Áustria, 43,7% (80 de 183 deputados); Dinamarca, 51,1% (89 de 174); Holanda, 39,6% (89 de 225); Noruega, 41,8% (69 de 165); e Escócia, 39,5% (51 de 129).

3 O inquérito foi aplicado à totalidade do grupo parlamentar do Bloco de Esquerda, que funcionou na VIII Legislatura em regime de rotatividade: dois deputados eleitos, com quatro deputados no total a exercerem actividade parlamentar.

Quadro 2 Partidos/grupos parlamentares na VIII Legislatura (em valores absolutos e percentagens)

Partidos/grupos parlamentares	Parlamento		Amostra	
	N	%	n	%
PS	115	50,0	38	47,5
PSD	81	35,2	20	25,0
CDS-PP	15	6,5	9	11,25
PCP	15	6,5	7	8,75
BE	2	0,9	4	5,0
Os Verdes	2	0,9	2	2,5
Total	230	100,0	80	100,0

Fonte: Freire, 2001a.

deputados, indicados pelos diferentes grupos parlamentares, no sentido não só de precisar as concepções dos parlamentares sobre as questões em causa, ganhando em profundidade, bem como para analisar, mesmo de forma limitada, a situação no parlamento na IX legislatura (2002-2006). Com efeito, a realização de eleições antecipadas em Março de 2002 veio modificar a composição da AR, com as consequentes entradas e saídas de deputados, sendo a situação actual uma maioria de direita (PSD e CDS-PP), em coligação no governo: PSD (105 deputados), seguindo-se o PS (96 deputados), o CDS-PP (14), o PCP (10), o BE (3), e Os Verdes (2). Assim, as entrevistadas realizadas procuraram incluir novos deputados, sobretudo dos partidos que formam a coligação governamental, somando no total nove entrevistas.⁴

Os parlamentares e as tecnologias de informação e comunicação (TIC)

A relação entre a política e os media, tradicionais e/ou electrónicos, apresenta-se como uma relação complexa, sendo objecto de várias perspectivas distintas. Por um lado, a de colonização do campo político e da esfera pública pelos media, formulada inicialmente pela escola de Frankfurt, ainda encontra formulações nas perspectivas contemporâneas de autores como Meyer e Hinchman (2002). Segundo estes últimos, encontramos-nos actualmente numa “democracia dos media” enquanto novo regime político, no qual os actores do sistema político “nas suas acções e discursos orientados para os media, se conformam rigidamente aos códigos dos media dominantes, como se estes funcionassem como os únicos determinantes das interpretações das audiências e dos seus comportamentos políticos consequentes” (*idem*: xi).

Por outro lado, autores como Manuel Castells (1997, 2001) apresentam uma

4 As entrevistas foram realizadas a 3 deputados do PSD (2 novos), 2 (novos) deputados do CDS-PP, 1 do PS, 1 do BE, 1 assessor de imprensa do grupo parlamentar do PCP e 1 assessor do gabinete do presidente da Assembleia da República.

Quadro 3 Utilização dos media na comunicação política (em percentagem)

Media	Importância		
	nada/pouco importante	neutral	importante/muito importante
Televisão	11,4	6,3	82,3
Jornais diários	6,4	28,2	65,4
Semanários	9,0	28,2	62,8
Revistas	41,0	24,4	34,6
Internet	41,6	27,3	31,2

concepção crítica da ideia de dominação da política e da opinião pública por parte dos media, ao defenderem que as relações entre estes e a política são mais complexas, podendo oscilar entre o apoio ou o conflito mútuo. O que Castells pretende argumentar é que, actualmente, os sistemas políticos encontram-se constangidos na sua lógica, organização, processo e liderança, pelo funcionamento dos media electrónicos, sendo uma das principais fontes de crise da democracia na era da informação, alterando até a natureza da relação entre o estado e a sociedade. Em virtude da crise dos sistemas políticos tradicionais e da expansão dos novos meios de comunicação, os media (rádio, televisão, jornais e internet) constituem o espaço privilegiado da política, no qual circula a maior parte da comunicação e informação políticas. Os media constituem assim a principal fonte de informação para a maioria da população, a partir da qual esta forma a sua opinião política; consequentemente, os diversos partidos e agentes políticos utilizam os media para difundir, influenciar e persuadir os cidadãos das suas opções e programas políticos.

No entanto, os media tradicionais — televisão, rádio e imprensa — continuam a ser os mais utilizados, segundo Castells, pela sua melhor adequação ao padrão unidireccional prevalecente na política e também pela sua maior difusão no eleitorado.

A ideia exposta por este autor parece recolher confirmação no estudo realizado junto dos deputados portugueses: a internet surge em último lugar nas suas preferências como meio para fazer passar a mensagem política. Como se depreende do quadro 3, os inquiridos privilegiam principalmente a televisão e depois os jornais diários e os semanários, como meios de informação relevantes para a comunicação política. Com efeito, se cerca de um terço dos deputados considera a internet como meio de comunicação, 41,6% consideram-na pouco ou nada importante e 27,3% são indiferentes à sua utilização para efeitos de comunicação política. Nas palavras de um dos deputados entrevistados no decurso do projecto (hoje responsável político pela UMIC), a internet representa sobretudo um papel de *medium* complementar ou como mais-valia, principalmente durante as campanhas eleitorais.

Esta utilização primordial dos media tradicionais para a comunicação política por parte dos deputados portugueses encontra explicações mais aprofundadas nas entrevistas realizadas com deputados dos vários partidos representados no parlamento.

Quadro 4 Utilização das TIC no trabalho parlamentar (em percentagem)

TIC	Utilização frequente/ permanente
<i>E-mail</i>	56,4
<i>World wide web (www)</i>	46,2
<i>Intranet</i>	30,8
Página pessoal	5,1
<i>Newsgroups/grupos de discussão</i>	2,6
Linhas de conversação/ <i>chat</i>	1,3

Nota: As percentagens não somam 100% porque a leitura do quadro se restringe a cada uma das categorias em coluna relativas às opções dispostas em linha.

por muito bons que sejam (os debates) aqui a um nível parlamentar, se não se conseguir fazer passar essa mensagem a nível da comunicação social e, sobretudo, a nível da comunicação social de maior impacto — televisões e jornais de grande tiragem — a política por muito boa que seja, em termos de conteúdo e de questões de fundo, não consegue fazer passar a sua mensagem, e depois não tem reflexo em termos de eleitorado. E isso é importantíssimo para a classe política (deputado do CDS-PP).

Assim, denota-se claramente uma preocupação primordial com as audiências às quais são dirigidas as mensagens políticas, o que reenvia para a caracterização anterior de uma forte influência actual dos *media* na divulgação da informação política.

Analisando, num primeiro momento, a utilização efectiva da internet no trabalho parlamentar (seguida posteriormente por uma análise detalhada das TIC como meio de acesso e transmissão de informação e como meio de comunicação horizontal e vertical), verifica-se que a sua utilização varia significativamente segundo o tipo de tecnologia em questão. Analisando as ferramentas das TIC enquanto meios para comunicação, o *e-mail* ou correio electrónico acolhe uma maior utilização dos parlamentares inquiridos (56,4%), em contraposição às linhas de conversação/*chat* e aos *newsgroups* (como se depreende do quadro 4).

Por sua vez, no que respeita aos mecanismos das TIC enquanto meios de acesso à informação, a navegação na *world wide web (www)* é mais comum que a utilização da *intranet*, definindo esta última como um servidor apenas interno ao parlamento, através do qual os deputados podem aceder a determinada informação específica. Será de salientar igualmente que apenas uma minoria dos inquiridos utilizam frequentemente uma página pessoal (5,1%, i.e., 15 deputados) para se apresentarem e comunicarem com outros utilizadores da internet. A definição de página pessoal presente neste artigo compreende um processo pró-activo em termos de preocupação com a construção e os conteúdos da página, seja numa página interna ao parlamento, seja numa página construída noutra servidor externo.

No decorrer do seu trabalho, os parlamentares inquiridos privilegiam a utilização pessoal das TIC (52,5%), em detrimento da utilização por terceiros (10,0%), isto é, *staff* pessoal, consultores externos e/ou *freelancers* ou outros funcionários do parlamento. Contudo, os inquiridos também recorrem, por vezes, à ajuda,

Quadro 5 Auto-percepção da competência na utilização das TIC (em percentagem)

Auto-percepção	%
Excelente	2,5
Boa	12,5
Suficiente	51,2
Insuficiente	27,5
Nenhuma	5,0
NS/NR	1,3

principalmente de assistentes ou do secretariado pessoal. Estes dados de intensa utilização pessoal podem não significar necessariamente uma familiarização dos parlamentares portugueses com as TIC; efectivamente, podem estar relacionados com uma falta de pessoal e de apoio por parte da AR, percebida por grande parte dos deputados entrevistados, o que pode resultar numa utilização pessoal “forçada”.

Para além da dimensão da utilização das TIC, torna-se fundamental compreender, também, a iniciação e competência na utilização das mesmas, enquanto dimensões centrais de apropriação destas tecnologias. Na maioria dos casos, os deputados iniciaram a utilização das TIC no período de 1995 a 2000 (sendo 1998 o ano do crescimento exponencial na sua utilização — 19,6% dos inquiridos), possuindo já alguma experiência anterior ao seu mandato parlamentar (60,0%). Esta iniciação nas TIC segue, afinal, a tendência geral de evolução das tecnologias de informação em Portugal, que se verificou, sobretudo, a partir de 1995. Porém, será de salientar também a percentagem elevada de utilizadores mais antigos, anteriores ao crescimento exponencial das TIC em Portugal, que atinge 21,6%, o que indicia uma familiaridade adquirida com estas tecnologias por uma parte significativa dos inquiridos.

Por outro lado, a aprendizagem de competências no uso das TIC ocorreu sobretudo por auto-aprendizagem, nenhum deputado frequentou um curso organizado pelo seu partido e apenas três deputados referem ter frequentado um curso organizado pela administração parlamentar. Tal parece indiciar uma fraca iniciativa parlamentar e partidária no desenvolvimento das competências dos deputados portugueses relativamente ao uso das TIC, que se apresentam maioritariamente como autodidactas.

Ao inquirir sobre qual a autopercepção dos inquiridos sobre a sua própria competência na utilização das TIC, a maioria dos inquiridos percebem a sua competência apenas como suficiente, verificando-se também uma grande parte de deputados com competência insuficiente ou inexistente (quadro 5).

Assim, embora se verifique uma utilização alargada de determinados tipos de TIC, como o *e-mail* e a *www*, os inquiridos sentem-se pouco preparados para aproveitarem todas as suas potencialidades, assumindo algumas deficiências na capacidade de utilização (chama-se no entanto a atenção que, sendo esta uma avaliação no quadro das competências pessoais, poderá ter existido alguma subavaliação ou sobreavaliação por parte dos deputados, conforme os casos).

TIC como meio de acesso e transmissão de informação

Devido às suas características inerentes, as tecnologias de informação e comunicação podem permitir um acesso à informação que se configura como mais imediato, simultâneo e directo, modificando assim as condições de exercício do poder político. Neste contexto, as potencialidades informativas das TIC são efectivamente reconhecidas pelos parlamentares portugueses inquiridos dada a sua maior utilização na procura de informação específica e de informação generalizada (quadro 6).

Porém, esta ênfase na componente informativa não é acompanhada por uma utilização efectiva e intensiva das TIC enquanto meio de comunicação. Estas tecnologias são utilizadas tanto para comunicação interna como externa; porém, a comunicação externa com constituintes apresenta um valor mais baixo, o que poderá levantar a hipótese de que os deputados inquiridos privilegiam a comunicação com outros agentes políticos e não tanto com os eleitores/cidadãos.

Perante esta maior utilização das TIC para pesquisa de informação em detrimento da comunicação com os constituintes, um deputado do PS entrevistado confirma a actual restrição das TIC para a comunicação, numa evolução que depende da idade e dos objectivos dos diferentes deputados. Por outra parte, o assessor do grupo parlamentar do PCP reenvia a fraca utilização da comunicação à necessidade do contacto físico com os diversos agentes ou ao “factor humano”, sendo indispensável a relação pessoal:

É perfeitamente natural que o computador sirva para tomar documentos, trocar informações, trocar relatórios, trocar mensagens, trocar pontos de vista, trocar emendas, trocar propostas mas eu, para tomar determinada decisão, não prescindindo do contacto humano e da necessidade de me encontrar com A, B ou C para tomar essa decisão.

Não obstante, em termos de áreas de utilização das TIC, estas raramente são utilizadas para campanha política, de forma individual, por parte dos parlamentares inquiridos (quadro 6). A maioria dos deputados entrevistados confirma que os parlamentares, individualmente considerados, utilizam a internet para campanha

Quadro 6 Áreas de utilização das TIC (valores médios)

Áreas de utilização das TIC	Val. médios
Procura de informação específica	5,3
Procura de informação generalizada	4,6
Comunicação interna	3,4
Comunicação externa com outros	3,4
Comunicação externa com constituintes	2,8
Campanha política	2,2
Outros	1,4

Nota: escala de 1 a 7.

Quadro 7 Razões de manutenção da página pessoal (em percentagem)

Manutenção da página pessoal	%
Iniciativa pessoal	38,9
Cooperação com o grupo parlamentar	30,6
Cooperação com grupos de interesse ou outras organizações	13,9
Cooperação com a organização partidária a nível nacional	8,3
Cooperação com a administração parlamentar	5,5
Cooperação com outras unidades partidárias	2,8

Nota: as percentagens referem-se apenas aos inquiridos que possuem página pessoal (27,5% dos 80 inquiridos, 22 deputados).

política enquanto integrados em listas partidárias, dado que “não é um sistema personalizado (...) não é um sistema que dê protagonismo aos deputados” (nas palavras de um deputado do grupo parlamentar do PSD).

De forma geral, segundo um deputado do CDS-PP (eleito na IX legislatura), os partidos com listas candidatas às eleições legislativas mantêm páginas na internet, onde publicitam as iniciativas de campanha, o programa político, notícias, etc. A seu ver, para efeitos de campanha, estas páginas são um meio muito eficaz por uma razão acrescida: a transmissão directa de informação para os cidadãos, sem passar pela mediação dos jornalistas que, geralmente, desperdiçam informação pertinente, seleccionando apenas determinadas notícias que consideram relevantes. Segundo Cunha e Voerman (no prelo), “as eleições não estimulam apenas a criação inicial de *websites*, mas também são factores-chave para a sua reconstrução e actualização. Em Portugal, à medida que se aproximam as eleições, durante as campanhas, e imediatamente a seguir, os partidos maiores mantêm as suas páginas muito actualizadas. Entre as eleições, porém, as páginas são negligenciadas e tornam-se estáticas”, com excepção dos partidos de esquerda (PCP e Bloco de Esquerda), que apresentam uma tendência para actualizar os seus *sites*, na medida em que estes constituem uma forma de comunicação alternativa aos meios tradicionais.

Quanto à existência de página pessoal individual, apenas 27,5% dos deputados inquiridos (22) afirmam possuir um *website* dirigido para a sua actividade parlamentar. De facto, nas palavras de um deputado entrevistado do CDS-PP, as páginas encontram-se pouco desenvolvidas e muito desactualizadas, quer sejam partidárias, individuais ou dos grupos parlamentares, com excepção da altura das eleições “(...) porque é uma mais-valia em termos de campanha eleitoral”. Embora se verifique que apenas uma minoria dos deputados portugueses inquiridos possuem página pessoal, para os que a mantêm esta é percebida como útil ou muito útil para o seu trabalho parlamentar, resultando principalmente ou de iniciativa pessoal, ou de cooperação com o grupo parlamentar (quadro 7). Estes dados vêm aprofundar a análise anterior do fraco envolvimento dos partidos políticos no desenvolvimento de competências tecnológicas dos deputados eleitos pelas suas listas. Por outro lado, sugere algum envolvimento da administração parlamentar na criação de páginas pessoais para os deputados da sua bancada, embora num nível claramente insuficiente.

Esta fraca utilização de páginas individuais por parte dos parlamentares portugueses encontra dados complementares em vários estudos internacionais, como o de Zittel (2001), que analisou os *sites* do congresso dos EUA e dos parlamentos da Alemanha e da Suécia. Neste estudo realizado em Janeiro de 2000, este autor demonstrou que, enquanto no congresso americano os *sites* em todos os níveis parlamentares são utilizados quase a 100%, nos parlamentos da Alemanha e da Suécia as comissões praticamente não utilizam os *sites*, e apenas uma minoria dos seus membros possuem uma página pessoal.

Em termos comparativos, o desenvolvimento tendencial da utilização das páginas pessoais por parte dos congressistas e senadores norte-americanos espelha, segundo Zittel, uma diferenciação entre sistemas parlamentares (Alemanha e Suécia, e também Portugal) e sistemas presidenciais (EUA). Efectivamente, este estudo conclui que os sistemas parlamentares não fornecem incentivos suficientes aos representantes para estes se centrarem nos seus constituintes e para estruturarem o processo representativo de forma participativa. Isto deve-se ao facto de estes parlamentos terem o poder de criar e derrubar governos, impondo assim uma disciplina rígida às maiorias parlamentares e forçando os representantes individuais a concentrarem-se na negociação interna. Pelo contrário, por não possuir esta função, o sistema presidencial abre espaço aos representantes para estabelecerem uma relação mais próxima com os seus constituintes e para fazerem afirmações políticas pessoais no espaço público. Será de concluir então que os "(...) parlamentos electrónicos não impulsionarão automaticamente a democracia electrónica. O contexto institucional é fundamental, e cada parlamento irá reagir à mudança tecnológica de acordo com a estrutura institucional mais geral na qual está inserido" (Zittel, 2001).

TIC como meio de comunicação horizontal e vertical

A perspectiva que defende que os media monológicos, como a rádio e a televisão, colocam obstáculos à participação pública, enquanto os novos media, como a internet, possuem características inerentemente dialógicas, democráticas e libertárias, permitindo o regresso da comunicação política aos cidadãos e a concretização de uma "deliberação real", deve ser criticada pelo seu determinismo tecnológico. Contudo, mesmo com redes de comunicação alargadas e vastas, "(...) os novos media não possuem nenhum carácter democrático automático; a prática democrática tem de ser estabelecida no seio da cultura política, e não pode ser considerada como uma propriedade inevitável de um pacote tecnológico" (Coleman, 1999: 197). Assim, tomando como pressupostos simultâneos as potencialidades e restrições das TIC como meio de comunicação entre os diferentes agentes políticos, os processos comunicacionais permitidos pelos novos media podem constituir-se de duas formas, a partir da perspectiva de análise dos políticos:

Quadro 8 Conteúdos dos *e-mails* recebidos (valores médios)

Conteúdos dos <i>e-mails</i> recebidos	Val. médios
Assuntos de política nacional em geral	6,9
Assuntos partidários	5,9
Assuntos de política nacional na sua área de especialização	5,5
Perguntas/ <i>feedbacks</i> /críticas dos cidadãos	4,6
Assuntos de política local/regional da sua circunscrição eleitoral	4,4
Contactos dos <i>media</i>	3,8
Pedidos de informação/materiais	3,5
<i>Lobbying</i>	3,3
Anúncios	2,6
Outros	2,2
Insultos	1,7

Nota: escala de 1 a 11.

- uma *comunicação horizontal* (interna) com outros políticos e decisores;
- uma *comunicação vertical* (externa) com cidadãos, jornalistas e outros agentes, através de *e-mails*, fóruns, *chat rooms*, *newsgroups* ou *mailling-lists*.

Ao analisar, em primeiro lugar, a ferramenta de comunicação mais utilizada a todos os níveis — o *e-mail* ou correio electrónico — confirma-se a adesão elevada à sua utilização por parte dos deputados portugueses inquiridos (56,4% utiliza-a frequente ou permanentemente). Deste modo, sendo o tipo de TIC mais utilizado, o *e-mail* apresenta-se como uma ferramenta consultada diariamente (73,8%), embora os inquiridos tendam a responder mais aos *e-mails* recebidos nos casos de perguntas concretas e/ou pedidos de informação/material (58,8%). O papel desempenhado pelas TIC como meio de comunicação demonstra-se igualmente na recepção elevada de *e-mails*, com uma quantidade entre 10 a 50 *e-mails* recebidos semanalmente por metade dos deputados inquiridos.

Ao constatar-se a utilização generalizada do *e-mail* por parte dos parlamentares inquiridos, neste seguimento, esta utilização deve ser diferenciada segundo o tipo de comunicação anteriormente enunciada — comunicação horizontal e vertical.

No caso dos deputados portugueses, verifica-se que a comunicação horizontal por *e-mail* é privilegiada em detrimento da vertical, dado que os conteúdos dos *e-mails* recebidos (ver quadro 8) centram-se sobretudo em assuntos de política nacional (6,9), assuntos partidários (5,9) e assuntos de política nacional na área de especialização do deputado (5,5). Isto é, a maior parte dos *e-mails* referem-se à própria actividade política dos inquiridos, demonstrando uma introdução das TIC nessas rotinas de trabalho, ou na *performance* quotidiana do trabalho parlamentar.

Por sua vez, o maior número de *e-mails* recebidos sobre assuntos de política nacional em comparação com os assuntos de política local/regional pode, até certo ponto, ser explicado pelo sistema português de eleição parlamentar. Na ausência de círculos uninominais, os deputados eleitos são constitucionalmente

Quadro 9 Origem dos *e-mails* (em percentagem)

Origem dos <i>e-mails</i>	%
Eleitores/cidadãos	21,3
Staff pessoal	17,9
Colegas de partido	15,4
Grupos de interesse	14,6
Organização do partido	11,5
Burocracia/governo	10,9
Imprensa/jornalistas	8,4

Nota: As percentagens não somam 100% porque a leitura do quadro se restringe a cada uma das categorias em linha.

considerados como representantes dos eleitores em geral, e não particularmente ligados às suas circunscrições eleitorais.

No que respeita a comunicação vertical (externa), destacam-se os *e-mails* referentes a perguntas /*feedbacks* / críticas dos cidadãos, algo que se confirma na origem dos *e-mails* recebidos (quadro 9), dado que os eleitores enviam um número significativo de *e-mails* aos deputados (21,3% do total de *e-mails* recebidos pelos inquiridos). Porém, a soma dos *e-mails* referentes à comunicação interna — *e-mails* oriundos do *staff* pessoal, dos colegas de partido e da organização do partido — totaliza 44,8% dos *e-mails* recebidos, o que confirma a predominância da comunicação horizontal sobre a vertical.

Serão de salientar igualmente os contactos realizados por *e-mails* oriundos de outras organizações — grupos de interesse, burocracia/governo e imprensa/jornalistas — que são frequentemente recebidos pelos parlamentares (as três categorias totalizam 33,9%).

Ao constatar-se uma fraca implementação de canais de comunicação vertical (principalmente com cidadãos) por parte dos deputados inquiridos, esta questão reenvia necessariamente para o grau de influência das informações recebidas por estes últimos, principalmente através de *e-mail*, no processo de tomada de decisão do trabalho parlamentar. A indicação presente no questionário corresponde à autopercepção por parte dos inquiridos sobre o estímulo e utilidade dos *e-mails*: a maioria só por vezes considera os *e-mails* recebidos como estimulantes (55,0%) e úteis (65,5%) para o seu trabalho parlamentar, embora apenas uma minoria os ignore totalmente. Com algumas excepções, estes dados, indicadores da fraca atenção às opiniões formuladas pelos outros agentes, vêm assim confirmar que a possibilidade de uma comunicação mais directa entre os deputados e os restantes intervenientes não significa obrigatoriamente uma maior interactividade, sendo necessário ter em conta o tipo de conteúdos e o juízo feito sobre os mesmos pelos destinatários finais.

Por outra parte, como uma segunda ferramenta de comunicação, a participação em debates e fóruns electrónicos, organizados pelos meios de comunicação social ou pelas próprias instituições e decisores políticos, surge assim como um dos pontos mais discutidos e analisados no debate sobre a democracia digital. No

entanto, apenas uma minoria dos deputados inquiridos participa em fóruns de discussão (18,8%), com uma frequência diminuta de uma vez por semana (28,6%). Segundo as palavras de um deputado do CDS-PP, em termos pró-activos, os deputados portugueses não se inclinam para participar em fóruns ou *chats*; em termos reactivos (se forem convidados), haverá sempre um conjunto de deputados, mas em número diminuto, que se encontram “aptos a lidar com essas novas formas de debate”.

Em particular, a crítica mais apontada pelos deputados a estes fóruns prende-se com o domínio das discussões *online* por parte de determinados indivíduos ou grupos com agendas próprias. Segundo um deputado do BE que já participou em “fóruns ao vivo” a pedido de jornalistas, estes

pareceram totalmente desinteressantes (...) com uma participação de viciados, de pessoas certamente respeitáveis mas havia dez ou vinte frenéticos enviadores de mensagens tipo mensagens de telemóvel, com três palavras que se sobrepunham umas às outras, à espera que eu respondesse à média de 20, 40 ou 50 por minuto. (...) isto não tem nenhuma profundidade nem nenhuma razoabilidade para o debate político, é mais um pequeno *happening* jornalístico para pequenos circuitos (...).

Efectivamente, estes resultados de uma comunicação vertical deficitária entre os parlamentares e outros agentes políticos, em particular os cidadãos, foram aprofundados nas entrevistas realizadas a deputados. Estes apresentaram justificações relacionadas ou com o próprio funcionamento imperfeito da AR em termos de apoios à utilização das TIC ou com a fraca apetência e recursos limitados dos cidadãos.

À semelhança dos parlamentares britânicos, que utilizam mais o *e-mail* para comunicação interna do que com os constituintes (Coleman, 2000), os deputados portugueses entrevistados justificam esta situação com a sobrecarga de solicitações, seja por *e-mail*, carta, telefone ou fax, e com o apoio institucional fraco por parte do parlamento na adaptação às TIC. Esta situação é confirmada por outro deputado do PS, entrevistado neste estudo, que relaciona o fraco contacto regular com os eleitores com a falta de apoio administrativo da AR:

(...) um deputado que se coloque, em contacto directo com o universo dos eleitores, bom, arrisca-se a ser inundado com um conjunto de comunicações (...).

Consequentemente, este parlamentar adverte para os possíveis problemas de frustração por parte dos cidadãos perante a incapacidade dos deputados em responder, ou seja:

(...) a ilusão do cidadão, que contacta directamente o deputado através do *e-mail* é a de que o deputado tem capacidade de gerir toda a... comunicação recebida, tratá-la e responder (...).

No caso do parlamento português, a comunicação por *e-mail* encontra-se, de facto, bastante centralizada nos grupos parlamentares (GP), dado que grande parte da

comunicação exterior dirigida aos deputados é tratada pelo gabinete de serviços de apoio ao GP (secretariado, assessores, etc.), sendo

(...) mais um meio de entrar em contacto, por parte dos cidadãos, com os próprios grupos parlamentares (deputado do CDS-PP).

Como exemplo paradigmático, esta situação apresenta-se como uma regra própria do grupo parlamentar do PCP, que nunca disponibiliza os *e-mails* pessoais dos seus deputados.

Esta centralidade do GP na organização parlamentar portuguesa em detrimento do estatuto individual dos deputados decorre de factores internos ao parlamento. Em primeiro lugar, este é eleito através de um sistema de representação proporcional, o sistema de lista de Hondt, o que restringe a apresentação de listas candidatas aos partidos e principalmente às suas direcções centrais. Quando eleitos, os deputados não podem mudar para um GP diferente daquele pelo qual foram eleitos; em todo o caso, podem tornar-se independentes, mas estes encontram-se bastante restringidos na sua participação parlamentar. Em segundo lugar, a regulamentação incluída na Constituição e no regulamento da AR prescreve alguns direitos exclusivos dos GP (direito à fixação da ordem do dia e propostas de interpeleção ao governo) e a maior parte da vida parlamentar (participação na câmara, composição das comissões, estatuto de “deputados nacionais” para os membros da direcção do GP, assegurando estes o funcionamento da AR no plano legislativo e das grandes opções económicas e políticas). Adicionalmente, a conferência dos representantes dos grupos parlamentares (vulgo conferência de líderes) constitui-se como a instância privilegiada de decisão nas matérias políticas da AR (determina a maior parte da agenda plenária, os tempos atribuídos a cada GP nos debates, etc.), funcionando como um fórum negocial, não formalizado, entre os partidos representados na AR. Assim sendo, esta centralidade dos GP reflecte uma circunscrição da natureza do mandato parlamentar português, dado que, “na prática, o deputado actua como representante do partido em que o eleitor votou” (Freire e outros, 2002: 117).

Ainda no que respeita os conteúdos dos *e-mails* provenientes de cidadãos, persiste uma queixa comum que sublinha as participações pouco reflexivas por parte destes últimos. Por um lado, o assessor do PCP considera que o correio electrónico constitui mais um veículo de comunicação para os utilizadores de internet, caracterizado por ser mais fácil, menos oneroso e mais simplificado, no qual as pessoas colocam os seus problemas, queixas e comentários. Porém, por outro lado, grande parte dos *e-mails* recebidos constituem comentários pouco elaborados, escritos de uma forma pouco reflexiva, devido também à facilidade de envio de um *e-mail*.

A crítica mais aprofundada realizada pelos deputados entrevistados ao papel dos cidadãos prende-se com a sua passividade, fraca participação e falta de cultura política. Segundo um deputado do PSD (eleito na IX legislatura), a falta de rotina de contacto com os deputados por parte dos cidadãos resulta na situação actual de fraca interactividade, como sugere:

(...) o problema é que os eleitores ainda não estão muito rotinados a ir a um *site* parlamentar e descobrir o *e-mail* do deputado e creio que ainda há uma falta de comunicação desse ponto de vista (...).

Esta crítica, que remete para o distanciamento entre os cidadãos e os representantes eleitos, é consubstanciada, de forma complementar, pelos dados obtidos por Manuel Villaverde Cabral (1997). Através de um índice agregador de uma dimensão subjectiva (capacidade sentida para influenciar a evolução do país) com uma dimensão objectiva (participação medida pela pertença a associações cívicas), constatou que 85% da população portuguesa se situa nos dois escalões de maior distância ao poder (escala de 1 a 5). Com efeito, "(...) nenhum recurso parece estar tão mal distribuído, na sociedade portuguesa, como o 'poder', ou melhor talvez, a cidadania" (*idem*: 146).

De facto, a crítica dos deputados a um défice de participação por parte dos cidadãos não toma em conta as próprias condições do sistema político português, que não facilita uma proximidade entre os representantes políticos e os eleitores. Dado que a lei não obriga os deputados a residirem no mesmo círculo que os elege, acrescido do facto de ser um sistema de representação proporcional, "(o) sistema português não favorece uma identificação entre deputado e círculos eleitorais, sendo a identidade definida em relação ao partido" (Freire e outros, 2002: 78). A independência do deputado face ao eleitorado liberta-o de qualquer responsabilidade efectiva face ao mesmo, excepto na lealdade ao seu GP, conduzindo assim à partidarização do mandato parlamentar.

A fraca participação cívica apontada pelos deputados entrevistados também é reforçada, a seu ver, no campo das TIC, devido à expansão tardia da internet em Portugal. Para um deputado do PSD (eleito na IX legislatura), o acesso à internet em Portugal coloca graves problemas à participação política, pois perante taxas baixas de utilização da internet "(...) é normal que não haja (...) muita apetência ou muita vocação de políticos e aí fazem falta, às tantas, as tais acções de formação para estarem *online* (...)".

Com efeito, segundo as fontes estatísticas oficiais do Observatório das Ciências e das Tecnologias e do último *Inquérito à Utilização das Tecnologias da Informação e da Comunicação pela População Portuguesa* (2001), praticamente metade dos portugueses utilizam computador (49%), e quase um terço utilizam internet (30,3%), dados que colocam Portugal em penúltimo lugar nas estatísticas europeias (quadro 10).

Os deputados inquiridos levantam assim uma questão central. Em contraposição a determinadas idealizações de democracia digital, existe o problema da acessibilidade às TIC e, conseqüentemente, aos novos domínios e espaços de intervenção e participação política. Para usufruírem desses espaços, os indivíduos têm de possuir um mínimo de condições tecnológicas básicas — computador, ligação à internet através de linha telefónica ou digital, tempo livre disponível, e níveis de literacia que lhes permitam capacidades linguísticas e expressivas adequadas. Conseqüentemente, uma cidadania participada não depende apenas de um maior e melhor acesso à informação e à comunicação, mas também de uma alteração de

Quadro 10 Utilização da internet na União Europeia em 2001 (em percentagem)

Países	%
Alemanha	52,5
Áustria	57,0
Bélgica	49,0
Dinamarca	71,2
Espanha	36,6
Finlândia	63,4
França	40,6
Grécia	21,2
Holanda	63,9
Irlanda	56,6
Itália	35,4
Luxemburgo	47,4
Portugal	30,3
Reino Unido	54,8
Suécia	68,9
UE 15	46,6

Fonte: Eurobarómetro, Junho de 2001.

condições de vivência, sem as quais os indivíduos não se encontram aptos a exercer os seus direitos e deveres políticos.

Não obstante a constatação de uma participação política diminuta por parte dos cidadãos portugueses e de baixos níveis de acesso à internet, existem exemplos paradigmáticos de novos movimentos sociais, mais ou menos estruturados, segundo os casos, que recorrem às TIC para difundir e estabelecer correntes de opinião e acção com um número crescente de participantes.

Um dos exemplos dessa participação e de exercício de cidadania através das TIC é a experiência do GUIA/PASIG (*Portuguese Accessibility Special Interest Group*), em net. Entre 1998 e 2001, este grupo em prol dos direitos dos deficientes conseguiu desencadear uma campanha eficaz tendo como meio principal os seus recursos *online*. Utilizando a internet como instrumento de protesto e mobilização, este movimento expandiu-se através de *mailing-lists* e grupos de discussão que culminaram na primeira petição electrónica em Portugal e na Europa. Com efeito, o GUIA/PASIG pressionou a alteração da lei do direito de petição e do reconhecimento das assinaturas recolhidas electronicamente em Portugal. Isto, sobretudo, através dessa petição electrónica, posteriormente enviada para o parlamento, que resultou em recomendações, directivas e propostas de acção no campo dos direitos dos deficientes.

Como segundo caso paradigmático, o encerramento em 30 de Julho de 1998 do servidor *Terràvista* (www.terravista.pt — uma iniciativa do Ministério da Cultura, lançada em 1997, que possibilita o alojamento gratuito de páginas para a comunidade lusófona na internet) por ordem do ministro da cultura, devido a denúncia de conteúdos pornográficos, provocou uma onda de protesto e indignação por parte dos seus utilizadores (com cerca de 26.000 páginas na altura). Perante a proposta governamental de sujeitar a inspecção prévia os conteúdos das páginas (e não *a posteriori*) e a impossibilidade de aceder a todos os *sites* durante um período de

tempo alargado, um dos utilizadores do serviço criou uma página *online* de protesto (<<http://come.to/protesto>>) contra o encerramento provisório e sem aviso de um servidor que funcionava como meio de comunicação para a comunidade lusófona de vários países. A página continha, para além do texto da carta aberta de protesto dirigida ao ministro, um abaixo-assinado digital (no total com 957 apoiantes de 27 países), uma cronologia dos eventos, reacções dos media e até um inquérito sobre o início de uma acção legal contra o ministério. Para além da página, também foram desenvolvidos contactos com os media portugueses e internacionais através de *press releases*, e cadeias de solidariedade entre inúmeros *newsgroups*, portugueses e brasileiros, principalmente. Uma das promotoras mais activas deste protesto foi uma nova associação, na altura, a Fundação da Fronteira Electrónica (<http://ffe.ml.org/ffe>), uma organização não lucrativa associada à norte-americana *Electronic Frontier Foundation*, que defende os direitos cívicos e a liberdade de expressão na internet. Finalmente, o Ministério da Cultura reabre o servidor a 9 de Agosto (o protesto encerra oficialmente dia 12), que fica doravante sob a responsabilidade da Associação *Terràvista*, uma associação privada sem fins lucrativos sem nenhuma ligação ao ministério, distanciando assim o governo de futuras situações de pornografia na internet, e da sua consequente intervenção moralizadora e reguladora do serviço público.

Do conjunto das justificações analisadas relativas à predominância da comunicação horizontal sobre a vertical, sintetiza-se, no geral, uma resistência não declarada em Portugal, por parte dos políticos e das instituições políticas tradicionais, à influência de novas formas de informação e comunicação políticas, na medida em que tendem a atribuir as falhas de comunicação com os cidadãos a factores externos às suas práticas.

Consequentemente, mesmo com a abertura de canais directos com os responsáveis políticos, tal não significa uma interactividade e um consequente aumento de responsabilização, tendo em conta as resistências das lógicas tradicionais de funcionamento das próprias estruturas políticas. Efectivamente, as formas de relacionamento e de interpelação entre os eleitores e os eleitos, em Portugal, ainda se encontram enredadas numa comunicação política unidireccional, sem debates políticos abertos e recorrentes, que começam só agora a recorrer às potencialidades das novas tecnologias (e principalmente baseadas apenas em trocas de *e-mails*).

A internet numa jovem democracia parlamentar

Enquadrada na perspectiva mais geral da “política informacional” dos media como palco privilegiado do exercício do poder político, a análise realizada centrou-se sobre as práticas e representações dos parlamentares portugueses em termos da utilização das TIC para transmissão de informação e para comunicação com outros agentes políticos. Em traços gerais, os resultados obtidos caracterizam os deputados inquiridos ainda numa fase inicial de utilização destas novas

tecnologias para a sua actividade parlamentar e partidária, na medida em que privilegiam os media tradicionais (televisão, rádio e jornais) para a comunicação política. Concretamente, na sua utilização restrita das TIC os parlamentares portugueses concentram-se, sobretudo, na comunicação interna (entre deputados do mesmo partido e/ou com a estrutura partidária), em especial através do *e-mail*, e não tanto na comunicação externa com constituintes. Por outra parte, no que respeita a divulgação de informação política, as páginas *online* e a campanha política por meio das TIC encontram-se, em grande medida, dependentes do partido e das suas estratégias eleitorais, sendo ainda muito limitadas as iniciativas individuais por parte dos deputados. Por fim, destacou-se uma forte resistência em considerar de forma séria a participação dos cidadãos por via electrónica, seja por *e-mail* ou por fóruns *online*, devido a várias razões explicitadas pelos deputados entrevistados: a incapacidade de resposta às inúmeras solicitações; as intervenções pouco interessantes por parte dos cidadãos, em virtude da sua fraca cultura política; e o problema do acesso à internet, que restringe a sua utilização em Portugal a uma minoria da população.

De facto, verifica-se um certo desinteresse e desconfiança por parte dos parlamentares portugueses das potencialidades das novas tecnologias comunicativas, cujas razões se podem centrar em factores internos ao parlamento (estrutura parlamentar, sistema eleitoral, sistema partidário e cultura política parlamentar) e em factores externos ao mesmo (sistema dos media, cultura política geral e difusão social das TIC).

No que respeita os factores internos, o sistema eleitoral português é um sistema de representação proporcional, que elege deputados enquanto representantes nacionais e não pelos círculos eleitorais, sendo as listas dos mesmos seleccionadas e controladas pelas estruturas partidárias. Tendo ainda em conta as mudanças políticas operadas no final dos anos 80, o papel do parlamento ficou consideravelmente subordinado à estratégia e acção do governo, algo que veio também contribuir para a partidarização do mandato parlamentar. Assim, sobretudo através do grupo parlamentar de cada partido, as práticas dos deputados encontram-se restringidas por directivas partidárias que não potenciam, por vezes, uma utilização mais individual e extensiva das TIC. Por outra parte, a própria organização da Assembleia da República não disponibiliza recursos humanos e técnicos suficientes para promover uma utilização mais efectiva das TIC, com vista à formação dos parlamentares para novas práticas informativas e comunicativas.

No campo dos factores externos, o sistema português dos media caracteriza-se, à semelhança de outros países, por alianças entre empresas de telecomunicações, jornais, rádios e televisões, que tendem a disponibilizar os mesmos conteúdos nos vários media (tradicionais e internet) que pertencem ao mesmo grupo. Deste modo, a utilização das TIC por parte dos parlamentares para procurar/divulgar informação e para comunicar com outros agentes políticos não encontra uma mais-valia significativa em comparação com os media tradicionais, dada a equiparação dos conteúdos e a elevada audiência destes últimos. Com efeito, a introdução e adopção da internet em Portugal ainda é relativamente baixa em relação a outros países da União Europeia, o que constitui certamente um forte argumento

utilizado pelos deputados portugueses quando questionados sobre a sua fraca utilização das TIC. Embora seja importante relativizar algumas das considerações feitas pelos deputados, se considerarmos que os maiores diários portugueses têm uma tiragem abaixo das 100.000 unidades, e que numa população de 10 milhões existem 3 milhões de utilizadores de internet, há porventura espaço para conceber oportunidades na procura de novas formas de relacionamento entre deputados e cidadãos.

Por fim, as concepções e práticas governativas portuguesas no campo da sociedade de informação tendem a privilegiar, no momento político actual, o conceito de *e-government* em detrimento da *e-democracy*, na medida em que partilham os esforços políticos na implantação das TIC no aparelho estatal e nas empresas privadas, segundo uma lógica comercial de prestação de serviços. Não obstante esta estratégia, as políticas públicas, actuais e futuras, continuam a privilegiar a educação e formação dos cidadãos, sustentando que “a relação não se esgota no contacto, mesmo que bidireccional, entre um cidadão e a administração pública”, mas que deve avançar para a comunicação entre cidadãos e na discussão entre si das “experiências mais marcantes para criar outros níveis de desempenho por parte dos serviços públicos” (Vasconcelos, 2002). Porém, a conceptualização central do *e-government* privilegia a imagem do “cidadão cliente” que procura os melhores serviços, a baixo custo e com maior rapidez, quer na administração pública, quer nas empresas que convertem os acessos à rede em novas oportunidades de negócio. Isto é, subvaloriza as dimensões de envolvimento directo dos cidadãos no processo de tomada de decisão política, relegando para segundo plano a sua participação política e as condições de exercício dessa mesma participação.

No entanto, existem exemplos de sucesso de movimentos sociais que levaram as suas posições através da internet até ao parlamento, influenciando o seu curso político, como o já referido GUIA/PASIG. Mas para se multiplicarem, tais movimentos não necessitam apenas de sucesso, mas também de incentivo. Em particular, numa democracia que tende a ser pouco encorajadora da participação política dos seus cidadãos, tal incentivo tem também de partir dos próprios parlamentares. Perante a emergência de correntes de opinião e movimentos organizados de cidadãos, a credibilidade de uma emergente democracia digital “dependerá dos cidadãos terem a possibilidade de se exprimirem de forma livre e significativa, e dos representantes terem atenção às opiniões dos cidadãos e contribuir para a discussão pública quando for apropriado e conveniente” (Coleman, 2000: 77).

Da análise efectuada, depreende-se que, em Portugal, os entraves ao desenvolvimento de uma democracia digital são essencialmente fruto de três dimensões entrecruzadas:

- um *sistema dos media* onde predomina a televisão e, numa menor dimensão, os jornais; e onde jornalistas, editores, investidores e proprietários dos media procuram manter no seu controlo os canais de acesso aos actores políticos e a consequente ligação à população;
- um *sistema político parlamentar* que não promove o contacto directo entre os actores políticos e os eleitores, no qual os parlamentares se encontram

- restringidos pelas directivas advindas das direcções partidárias e dos grupos parlamentares, reflectindo-se numa utilização individual mais restrita das novas tecnologias de informação e comunicação no campo político;
- uma *não motivação dos cidadãos para a participação política* tende também a não encorajar o fim deste ciclo vicioso, de não apropriação política da internet no quadro parlamentar.

Deste modo, subsistem ainda obstáculos tecnológicos, culturais e políticos que atrasam uma consideração mais aprofundada das potencialidades das TIC em Portugal como *veículo para* a reformulação e melhoria da comunicação entre os políticos e os cidadãos, seja através de redes horizontais e/ou verticais de informação e comunicação.

Referências bibliográficas

Livros e artigos científicos

- Abramson, Jeffrey B., Christopher Arterton e Gary R. Orren (1988), *The Electronic Commonwealth: the Impact of New Media Technologies on Democratic PoliTic*, Nova Iorque, Basic Books, Inc.
- Anuário Comunicação 2001/2002: Os media em tempo de crise*, Lisboa, Observatório da Comunicação (OBERCOM).
- Arterton, C.F. (1987), *Teledemocracy: Can Technology Protect Democracy?*, Newbury Park/Beverly Hills/ Londres / Nova Deli, Sage.
- Axford, Barrie, e Richard Huggins (2001), *New Media and Politic*, Londres, Sage.
- Bandeira, Cristina Leston (2002), *Da Legislação à Legitimação: O Papel do Parlamento Português*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.
- Barber, Benjamin (1984), *Strong Democracy: Participatory Politic for a New Age*, Berkeley, University of California Press.
- Barber, Benjamin (1996), "Three challenges to reinventing democracy", em P. Hirst e S. Khilnani (orgs.), *Reinventing Democracy*, Cambridge, The Political Quarterly.
- Barber, Benjamin (1999), "Three scenarios for the future of technology and strong democracy", *Political Science Quarterly*, 113, pp. 573-590.
- Bennett, W. Lance, e Robert M. Entman (2001), *Mediated Politic: Communication in the Future of Democracy*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Braga da Cruz, Manuel (1988), "Sobre o parlamento português: partidarização parlamentar e parlamentarização partidária", *Análise Social*, XXIV (100), pp. 97-125.
- Braga da Cruz, Manuel (1995), *Instituições Políticas e Processos Sociais*, Venda Nova, Bertrand Editora.
- Braga da Cruz, Manuel (org.) (1998), *Sistemas Eleitorais: O Debate Científico*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

- Cabral, Manuel Villaverde (1997), *Cidadania Política e Equidade Social em Portugal*, Oeiras, Celta Editora.
- Cardoso, Gustavo (2001), *Novos Media, Novas Políticas: Debater a Sociedade de Informação*, Oeiras, Celta Editora.
- Cardoso, Gustavo, e Susana Nascimento (2002), "Online/offline: can you tell the difference? Portuguese views on internet mediated communication", *Comunicazioni Sociali: Rivista di Media, Spettacolo e Studi Culturali*, Anno XXIV, nuova serie, 1, pp. 41-50.
- Castells, Manuel (1997), *The Information Age: Economy, Society and Culture: The Power of Identity* (volume 2), Massachusetts, Blackwell.
- Castells, Manuel (2001), *The Internet Galaxy: Reflections on the Internet, Business and Society*, Oxford, Oxford University Press.
- Cheta, Rita (no prelo), "Voicing disabled peoples' movement through the online campaign for access@bility to ICT: reflections from the GUIA/PASIG experience in Portugal", em W. B. H. J. van de Donk, Brian Loader e Dieter Rucht (orgs.), *Cyberprotest*, Londres, Routledge.
- Coleman, Stephen (1999), "Cutting out the middle man: from virtual representation to direct deliberation", em N. Barry Hague e D. Brian Loader (orgs.), *Digital Democracy: Discourse and Decision Making in the Information Age*, Londres e Nova Iorque, Routledge.
- Coleman, Stephen (2000) "Parliament in the information age: the case of Westminster and Holyrood", em Rachel Gibson e Stephen Ward (orgs.), *Reinvigorating Democracy? British Politic and the Internet*, Ashgate, Aldershot.
- Cunha, Carlos (2002), "Political campaigning with new information communication technologies in Portugal", *Information and Communication Technology (ICTs) and Political Organizations Research Meeting — 30 de Maio/1 de Junho*, Suécia, Universidade de Malmo.
- Cunha, Carlos, e Gerrit Voerman (no prelo), "The digitalization of the West European party systems", *Information and Communication Technology (ICTs) and Political Organizations Research Meeting — 15-17 Novembro*, Lille, University of Lille (policopiado).
- Cunha, Carlos, Irene Martín, Jim Newell, e Luis Ramiro (no prelo), "Slow adaptation and the digital divide: South European party systems and new ICTs", em Rachel Gibson, Paul Nixon e Stephen Ward (orgs.) *Net Gain? Political Parties and the Impact of New Information Communication Technologies*, Londres, Routledge.
- Dahl, Robert (1991), *Democracy and its Critic*, New Haven, Yale University Press.
- Dahl, Robert (1998), *On Democracy*, New Haven, Yale University Press.
- Dai, Xiudan (2000), *The Digital Revolution and Governance*, Aldershot, Ashgate.
- Freire, André (org.) (2001a), *Recrutamento Parlamentar: Os Deputados Portugueses da Constituinte à VIII Legislatura*, Lisboa, STAPE.
- Freire, André (2001b), *Mudança Eleitoral em Portugal: Clivagens, Economia e Voto em Eleições Legislativas, 1983-1999*, Oeiras, Celta Editora.
- Freire, André (2001c), *Modelos do Comportamento Eleitoral: Uma Breve Introdução Crítica*, Oeiras, Celta Editora.

- Freire, André, António de Araújo, Cristina Leston-Bandeira, Marina Costa Lobo, e Pedro Magalhães (2002), *O Parlamento Português: Uma Reforma Necessária*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais / Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.
- Gibson, Rachel, e Stephen Ward (orgs.) (2000), *Reinvigorating Democracy? British Politics and the Internet*, Ashgate, Aldershot.
- Giddens, Anthony (1999), *O Mundo na Era da Globalização*, Lisboa, Editorial Presença.
- Giddens, Anthony (2000), *Modernização Reflexiva: Política, Tradição e Estética no Mundo Moderno*, Oeiras, Celta Editora.
- Gunther, Richard, e Anthony Mughan (orgs.) (2000), *Democracy and the Media: A Comparative Perspective*, Nova Iorque, Cambridge University Press.
- Hacker, Kenneth L., e Jan Van Dijk (orgs.) (2000), *Digital Democracy: Issues of Theory and Practice*, Londres, Sage.
- Hague, Barry N., e Brian D. Loader (orgs.) (1999), *Digital Democracy: Discourse and Decision Making in the Information Age*, Londres e Nova Iorque, Routledge.
- Held, David (1987), *Models of Democracy*, Cambridge, Polity Press.
- Hill, Kevin A., e John E. Hugues (1998), *Cyberpolitic: Citizen Activism in the Age of the Internet*, Lanham, MD, Rowman & Littlefield.
- Hoff, Jens, Ivan Horrocks, e Pieter Tops (orgs.) (2000), *Democratic Governance and New Technology: Technologically Mediated Innovations in Political Practice in Western Europe*, Londres e Nova Iorque, Routledge / ECPR Studies in European Political Science.
- Loader, Brian D. (org.) (1997), *The Governance of Cyberspace: Politics, Technology and Global Restructuring*, Londres, Routledge.
- Lopes, Fernando Farelo, e André Freire (2002), *Partidos Políticos e Sistemas Eleitorais: Uma Introdução*, Oeiras, Celta Editora.
- Meyer, Thomas, e Lew Hinchman (2002), *Media Democracy: How the Media Colonize Politics*, Cambridge, Polity Press.
- Nascimento, Susana (2002), "Entre os espaços físicos e digitais: concepções e práticas urbanas na esfera pública", comunicação ao II Colóquio Internacional Redes e Cibercidades, Universidade de Aveiro, 4 a 5 de Novembro de 2002 (policopiado).
- Presidência da República (1999), *Os Cidadãos e a Sociedade de Informação*, Conferência promovida pelo Presidente da República, 9 e 10 Dezembro de 1999, Lisboa, INCM.
- Tsagarousianou, R., D. Tambini, e C. Bryan (orgs.) (1998), *Cyberdemocracy: Technology, Cities and Civic Networks*, Londres, Routledge.
- Vasconcelos, Diogo (2002), "O e-government e a construção da cidadania num mundo globalizado", comunicação à VII Reunião dos Ministros da Presidência da Comunidade Ibero-Americana das Nações, Lisboa, 9 de Setembro de 2002 (policopiado).

Artigo de jornal

Público, "Da banda larga ao governo electrónico", suplemento Computadores, segunda-feira, 9 de Dezembro de 2002.

Documentos electrónicos

Acção europeia Government and Democracy in the Information Age (GaDIA), rede COST A14: Working Group 1/ Cyberdemocracy <<http://www.cost.cordis.lu>>.

Assembleia da República, <<http://www.parlamento.pt>> (Fevereiro, 2003).

Burns, Tom (2000), "The future of parliamentary democracy: transition and challenge in European governance", Livro Verde preparado para a *Conferência dos Presidentes dos Parlamentos da União Europeia*, Roma, 22-24 de Setembro de 2000.

<http://www.camera.it/_cppueg/ing/conferenza_odg_Conclusioni_gruppoesperti.asp> (Fevereiro, 2003).

GUIA/PASIG (*Portuguese Accessibility Special Interest Group*),

<<http://www.acessibilidade.net>> (Janeiro, 2003).

Hagen, Martin, "A typology of electronic democracy",

<http://www.uni-giessen.de/fb03/vinci/labore/netz/hag_en.htm#1> (Junho, 2002).

<<http://come.to/protesto>>

Inquérito à Utilização das Tecnologias da Informação e da Comunicação pela População Portuguesa (2001), Ministério da Ciência e da Tecnologia,

<<http://www.si.mct.pt/file?src=1&mid=1137&bid=868>> (Março, 2002).

Livro Verde para a Sociedade da Informação, Ministério da Ciência e da Tecnologia,

<<http://www.aceso.mct.pt/docs/lverde.htm>> (Janeiro, 2003).

Norris, Pippa (2000), "Democratic divide? The impact of the internet on parliaments worldwide", paper for presentation at the *Political Communications Panel "Media Virtue and Disdain"*, American Political Association annual meeting, Washington DC, 31 de Agosto de 2000.

<<http://ksghome.harvard.edu/~pnorris.shorenstein.ksg/acrobat/apsa2000demdiv.pdf>> (Maio, 2002).

Norris, Pippa (2001), "*Digital parties: civic engagement & online democracy*", paper for presentation at the ECPR Joint Session, Grenoble (April, 2001).

<<http://ksghome.harvard.edu/~pnorris.shorenstein.ksg/acrobat/ECPR2001.pdf>> (Maio de 2002).

Observatório da Comunicação, <www.obercom.pt>

"Sociedade da informação: principais indicadores estatísticos 1995-2001", Observatório das Ciências e das Tecnologias, Ministério da Ciência e da Tecnologia,

<<http://www.si.mct.pt/file?src=1&mid=1135&bid=867>> (Março, 2002).

Zittel, Thomas (2001), "Electronic democracy and electronic parliaments: a comparison between the US House, the Swedish Riksdagen, and the German Bundestag", paper presented to the *Joint Sessions of Workshops of the European Consortium of Political Research*, "Workshop 3: electronic democracy: mobilization, organization and participation, Grenoble, 6-11 de Abril de 2001, <<http://www.essex.ac.uk/ecpr/jointsessions/grenoble/papers/ws3/zittel.pdf>> (Maio, 2002).

Gustavo Cardoso. Docente e investigador no ISCTE.

E-mail: gustavo.cardoso@iscte.pt

Carlos Cunha. Docente e investigador no *Dowling College*, Dowling College,

Idle Hour Blvd, Oakdale, NY 11769. *E-mail:* CunhaC@dowling.edu

Susana Nascimento. Investigadora no ISCTE. *E-mail:* susana.nascimento@iscte.pt